

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Tathiane Piscitelli

Assista ao vídeo de
apresentação da obra



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourri

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira de Livro, SP, Brasil)

Piscitelli, Tathiane
Curso de Direito Tributário / Tathiane Piscitelli. São
Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-950-5

1. Direito tributário • 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito
tributário - Legislação • Brasil 4. Tributos - Brasil I. Título.

21-68861

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 34:336.2
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	---

INTRODUÇÃO

Capítulo 1. O exercício da tributação como meio de financiamento do Estado e a formação do direito tributário como disciplina autônoma	22
1. Notas introdutórias: tributação e o financiamento estatal...	23
2. Algumas notas históricas: a formação do direito tributário como prática autônoma.....	33
3. A codificação do direito tributário.....	49
4. O direito tributário na Constituição da República de 1988....	54
5. Notas finais: análise da tributação a partir das competências tributárias.....	56

Parte I

O Direito Tributário na Constituição

Capítulo 2. Princípios que regem o direito tributário: certeza e justiça na tributação	60
1. Princípios constitucionais tributários e a segurança jurídica na tributação: legalidade, anterioridade e irretroatividade.....	64
1.1. Princípio da legalidade no direito tributário.....	64
1.1.1. Criação e modificação de tributos: instrumento legislativo adequado.....	69
1.1.1.1. Criação e modificação de tributos via lei ordinária.....	70
1.1.1.2. Criação e modificação de tributos via lei complementar.....	75
1.1.2. Elementos do tributo e a exigência de lei....	79

1.1.3.	Alteração de alíquotas via Decreto: exceção à legalidade?.....	83
1.2.	Princípio da anterioridade tributária	85
1.2.1.	Exceções ao princípio da anterioridade: artigo 150, parágrafo 1º, da Constituição....	88
1.2.1.1.	Exceções absolutas ao princípio da anterioridade (artigo 150, inciso III, alíneas b e c)	89
1.2.1.2.	Exceções à anterioridade do exercício seguinte (artigo 150, inciso III, alínea b).....	89
1.2.1.3.	Exceções à anterioridade de 90 dias (artigo 150, inciso III, alínea c)	90
1.2.2.	Anterioridade na criação ou majoração de tributos por meio de medidas provisórias.....	91
1.2.3.	Anterioridade e a revogação de isenções....	93
1.3.	Princípio da Irretroatividade.....	95
1.3.1.	As leis expressamente interpretativas e o princípio da irretroatividade no direito tributário.....	98
1.3.2.	Retroação da norma tributária mais benéfica ao sujeito passivo.....	103
2.	A justiça via Sistema Tributário Nacional: princípios da isonomia, capacidade contributiva e não confisco	104
2.1.	O princípio da isonomia em matéria tributária.....	104
2.1.1.	Isonomia entre os entes da Federação: a proibição das isenções heterônomas, o princípio da uniformidade geográfica e temas correlatos.....	106
2.1.1.1.	Isenções heterônomas	106
2.1.1.2.	Uniformidade geográfica	110
2.1.1.3.	Outras hipóteses: artigo 151, II e artigo 152, da Constituição.....	111

2.1.2.	Isonomia do ponto de vista dos contribuintes: não discriminação e tratamento tributário favorecido	112
2.1.2.1.	Comando geral da isonomia: artigo 150, inciso II, da Constituição.....	112
2.1.2.2.	Tratamento tributário favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos atos cooperativos	113
2.2.	O princípio da capacidade contributiva	115
2.2.1.	Técnicas de tributação e a realização da capacidade contributiva	120
2.2.1.1.	Capacidade econômica <i>versus</i> capacidade contributiva	120
2.2.1.2.	Extensão do princípio da capacidade contributiva: apenas impostos ou todos os tributos?	123
2.2.1.3.	Limitações possíveis à capacidade contributiva: progressividade de alíquotas nos impostos reais	126
2.3.	Instrumentos para a aferição da capacidade econômica: identificação do patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte	131
2.4.	Princípio do não confisco	133
	Esquemas – Princípios Constitucionais Tributários	136
1.	Princípio da legalidade.....	137
2.	Princípio da anterioridade geral	137
3.	Princípio da anterioridade nonagesimal.....	138
4.	Princípio da irretroatividade.....	138
5.	Princípio da isonomia	139
6.	Princípio da capacidade contributiva	140
7.	Princípio do não confisco	140

Capítulo 3. Competência tributária: distribuição do poder de tributar e imunidades.....	142
1. Delimitação negativa da competência tributária: Imunidades.....	145
1.1. Imunidades: delineamentos de uma concepção...	145
1.2. Imunidades aplicáveis aos impostos: artigo 150, inciso VI, da Constituição.....	148
1.2.1. Imunidade recíproca.....	149
1.2.1.1. Extensão material da imunidade recíproca.....	150
1.2.1.2. Extensão subjetiva da imunidade recíproca.....	152
1.2.2. Imunidade dos templos de qualquer culto...	157
1.2.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	160
1.2.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.....	166
1.3. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais.....	169
1.4. Outras hipóteses de imunidades.....	170
2. Delimitação positiva da competência tributária: Poder de tributar.....	171
2.1. Competência tributária positiva, capacidade tributária ativa e competência legislativa.....	171
2.1.1. Competência tributária positiva.....	171
2.1.2. Capacidade tributária ativa.....	177
2.1.3. Competência legislativa.....	178
2.2. A repartição da competência tributária e as modalidades de competência.....	180
2.3. Competência tributária, conceitos de direito privado e interpretação.....	183
2.4. Notas finais: competência tributária e justiça distributiva.....	189
Esquemas – Competência Tributária.....	190

1. Imunidades.....	190
1.1. Imunidade recíproca	191
1.2. Imunidade dos templos.....	191
1.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	192
1.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	192
1.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais	193
2. Poder de tributar.....	194
Capítulo 4. O papel da lei complementar no direito tributário e as fontes do direito tributário.....	196
1. Lei complementar em matéria tributária.....	197
1.1. Papel da lei complementar: artigo 146 da Constituição	197
1.2. Normas gerais de direito tributário como reflexo do anseio pela codificação	200
1.3. Normas gerais em matéria tributária, leis complementares e o debate sobre a hierarquia.....	203
1.4. Ausência de normas gerais e o exercício da competência tributária.....	207
2. Fontes do direito tributário	209
2.1. Fontes formais e fontes materiais.....	209
2.2. Instrumentos primários de introdução de normas jurídicas	211
2.3. Instrumentos secundários de introdução de normas jurídicas.....	215
2.4. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional	216
Esquemas Fontes do Direito.....	217

Parte II

O Direito Tributário no Código Tributário Nacional

Capítulo 5. Código Tributário Nacional, conceito de tributo e espécies tributárias.....	220
--	------------

1.	Notas introdutórias: papel e origens do Código Tributário Nacional	221
2.	Conceito de tributo e espécies tributárias: algumas incursões históricas	223
3.	O conceito de tributo segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional	227
3.1.	Tributo é dever patrimonial exigido de forma impositiva e mediante lei	228
3.2.	Tributo não pode ser sanção por ato ilícito.....	229
3.3.	Tributo deve ser cobrado por atividade administrativa plenamente vinculada	233
4.	As espécies tributárias	233
4.1.	Quantas espécies tributárias há?	234
4.2.	Análise do artigo 4º, inciso II do CTN e a relevância da destinação	239
4.2.1.	Destinação como especificação da finalidade ou destinação normativa	241
4.2.2.	Destinação financeira e Destinação fática ...	244
4.2.3.	Conclusões preliminares: interpretação possível do artigo 4º, inciso II do CTN	246
4.3.	Destinação como critério relevante: quatro espécies tributárias no texto constitucional.....	248
5.	Espécies tributárias: detalhamento.....	249
5.1.	Impostos	249
5.2.	Taxas	251
5.2.1.	Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público	252
5.2.1.1.	Taxa do lixo: debates e controvérsias	255
5.2.1.2.	Taxas de serviço público e preços públicos	257
5.2.2.	Taxas de polícia	260
5.3.	Empréstimos compulsórios	261
5.4.	Contribuições.....	263
5.4.1.	Contribuições de melhoria	264

5.4.2.	Contribuições gerais	266
5.4.2.1.	Contribuições da União: sociais, de intervenção no domínio econômico e no interesse de categorias profissionais e econômicas	267
5.4.2.2.	Contribuições dos estados, Distrito Federal e municípios: financiamento da Previdência e COSIP.....	277
Esquemas - Conceito de tributo e espécies tributárias.....		278
Capítulo 6. Vigência, aplicação e interpretação das normas tributárias		282
1.	Vigência da legislação tributária	283
2.	Aplicação da legislação tributária.....	287
3.	Interpretação da legislação tributária.....	289
3.1.	Interpretação como ato de construção de sentido....	289
3.2.	Interpretação e integração no Código Tributário Nacional: artigos 107 a 112	300
3.2.1.	Artigo 108 do CTN: integração da legislação tributária	301
3.2.1.1.	Analogia	303
3.2.1.2.	Equidade	305
3.2.2.	Artigos 109 e 110 do CTN: direito privado e direito tributário.....	306
3.2.3.	Artigo 111 do CTN: interpretação literal	311
3.2.4.	Artigo 112 do CTN: <i>in dubio pro reo</i>	314
Capítulo 7. A relação jurídica tributária: aspectos gerais		318
1.	O objeto da relação jurídica tributária: a obrigação tributária no CTN	320
2.	A regra-matriz de incidência tributária: instrumento de análise das normas tributárias.....	324
3.	Formalização do fato jurídico tributário em linguagem competente e a constituição da relação jurídica tributária	330

Capítulo 8. Antecedente da regra-matriz de incidência tributária: o fato jurídico tributário	334
1. Critério material no CTN: o fato gerador da obrigação tributária	336
2. Momento da ocorrência do fato gerador: o critério temporal no CTN.....	339
Capítulo 9. Consequente da regra-matriz de incidência tributária: a relação jurídica tributária	348
1. Critério pessoal da regra-matriz de incidência tributária: sujeição passiva e sujeição ativa	350
1.1. Sujeito ativo da relação jurídica tributária	350
1.2. Sujeito passivo da relação jurídica tributária	352
1.2.1. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória.....	353
1.2.2. Sujeito passivo da obrigação tributária principal	354
1.2.2.1. Aspectos gerais: arts. 123 a 127 do CTN.....	355
1.2.2.2. Responsabilidade tributária	359
1.2.2.2.1. Definição de responsável tributário: artigo 128, CTN.....	359
1.2.2.2.2. Modalidades de responsabilidade tributária no CTN	364
1.2.2.2.2.1. Responsabilidade de sucessores	366
1.2.2.2.2.1.1. Responsabilidade pela aquisição de imóveis: artigo 130, CTN.....	367
1.2.2.2.2.1.2. Responsabilidade pela aquisição de bens e na sucessão hereditária: artigo 131, CTN	368
1.2.2.2.2.1.3. Responsabilidade na prática de operações societárias e aquisição de estabelecimentos e/ou fundo de comércio: artigos 132 e 133, CTN	370

1.2.2.2.2.2.	Responsabilidade de terceiros...	376
1.2.2.2.2.2.1.	Responsabilidade de terceiros por culpa: artigo 134, CTN...	376
1.2.2.2.2.2.2.	Responsabilidade de terceiros por ato ilícito, fraude e dolo: artigo 135, CTN.....	379
1.2.2.2.2.2.3.	Responsabilidade de sócios por débitos de pessoas jurídicas: entre o artigo 134 e o artigo 135, CTN	380
1.2.2.2.2.2.4.	O Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica e a responsabilidade tributária de sócios	390
1.2.2.2.2.3.	Responsabilidade por infrações.....	395
1.2.2.2.2.3.1.	Responsabilidade subjetiva e pessoal: artigos 136 e 137, CTN.....	396
1.2.2.2.2.3.2.	Denúncia espontânea da infração: artigo 138, CTN.....	400
1.2.2.2.2.3.2.1.	Denúncia espontânea e as obrigações acessórias.....	402
1.2.2.2.2.3.2.2.	Denúncia espontânea e as obrigações principais: a figura do parcelamento e os tributos lançados por homologação	403
2.	Critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária: base de cálculo e alíquota.....	411
	Esquemas – Sujeição passiva no direito tributário	413
1.	Responsabilidade de sucessores.....	414
2.	Responsabilidade de terceiros	416
3.	Responsabilidade por infrações	418
	Capítulo 10. Constituição da relação jurídica tributária	420
1.	Surgimento da relação jurídica tributária: declaração do fato jurídico tributário em linguagem competente.....	422

2.	Crédito tributário e lançamento: definição e disciplina no Código Tributário Nacional	423
2.1.	Crédito tributário: disposições gerais	424
2.2.	Crédito tributário: Constituição.....	425
2.2.1.	Definição e aspectos gerais do lançamento tributário	426
2.2.1.1.	Definição de lançamento tributário: artigo 142, CTN.....	426
2.2.1.2.	Regras para a realização e modificação posterior do lançamento tributário: artigos 143 a 146 e artigo 148 do CTN	428
2.2.2.	Modalidades de lançamento tributário	432
2.2.2.1.	Lançamento por declaração: artigo 147, CTN.....	432
2.2.2.2.	Lançamento de ofício: artigo 149, CTN	434
2.2.2.3.	Lançamento por homologação: artigo 150, CTN.....	436
	Esquemas – Constituição da relação jurídica tributária	444
1.	Modalidades de lançamento	445
2.	Lançamento por declaração.....	445
3.	Lançamento de ofício.....	446
4.	Lançamento por homologação	447
	Capítulo 11. Modificações à relação jurídica tributária: suspensão da exigibilidade, exclusão e extinção	450
1.	Suspensão da exigibilidade da relação jurídica tributária: artigo 151, CTN	452
1.1.	Efeitos da suspensão da exigibilidade	452
1.2.	Suspensão da exigibilidade e os prazos de decadência e prescrição	454
1.3.	Hipóteses de suspensão da exigibilidade	456
1.3.1.	Moratória.....	456
1.3.2.	Depósito integral	459

1.3.3.	Reclamações e os recursos administrativos.....	465
1.3.4.	Concessão de tutelas provisórias: medidas liminares e tutela antecipada.....	466
1.3.5.	Parcelamento	467
2.	Extinção da relação jurídica tributária: artigo 156, CTN	469
2.1.	Pagamento e suas modalidades.....	470
2.1.1.	Pagamento	470
2.1.1.1.	Objeto, tempo, lugar e forma do pagamento	471
2.1.1.2.	Pagamento indevido e condições para restituição.....	473
2.1.1.2.1.	Aspectos gerais.....	473
2.1.1.2.2.	Restituição de tributos indiretos ...	474
2.1.1.2.3.	Prazo para a restituição de tributos	478
2.1.2.	Conversão do depósito em renda.....	486
2.1.3.	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	486
2.1.4.	Consignação em pagamento.....	487
2.1.5.	Dação em pagamento de bens imóveis	488
2.2.	Compensação	489
2.3.	Transação.....	491
2.4.	Remissão	494
2.5.	Decadência.....	495
2.6.	Prescrição.....	501
2.6.1.	Constituição da relação jurídica tributária pela via do lançamento: <i>dies a quo</i> da prescrição	502
2.6.2.	Constituição da relação jurídica tributária pelo sujeito passivo e o <i>dies a quo</i> da prescrição.....	504
2.6.3.	Causas de interrupção da prescrição	506
2.7.	Decisão administrativa irreformável	510
2.8.	Decisão judicial passada em julgado	512

20 | CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

3.	Exclusão da relação jurídica tributária	513
3.1.	Isenção.....	514
3.2.	Anistia	519
	Esquemas - Hipóteses de modificações da relação jurídica tributária.....	521
1.	Decadência.....	522
2.	Prescrição	523
	Capítulo 12. Garantias e privilégios do crédito tributário	524
1.	Garantias do crédito tributário	526
2.	Privilégios do crédito tributário	533
	Capítulo 13. Administração tributária: fiscalização e dívida ativa... 538	
1.	Fiscalização	539
1.1.	Objeto, limites e garantias da fiscalização	541
1.2.	Sigilo fiscal e compartilhamento de informações....	543
2.	Dívida Ativa	551
3.	Certidões Negativas.....	556
	Referências Bibliográficas	560